

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A cada sessão legislativa o CHEGA apresenta uma moção de censura. Duas sessões legislativas, duas moções de censura.

E o que quer verdadeiramente o CHEGA com estas moções de censura?

Desafiar os seus parceiros da direita.

Nesta medida, a moção de censura foi um sucesso.

Embaraçou o PSD e leva de arrasto a Iniciativa Liberal.

Mas estes exercícios, que entretêm a bolha política e mediática, dizem zero aos portugueses.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Concentremo-nos, por isso, naquilo que é importante para as pessoas.

Perante os problemas que enfrenta o Serviço Nacional de Saúde, o que faz o Governo?

Por um lado, reforça os recursos do Serviço Nacional de Saúde, por outro, faz as reformas

que são necessárias para valorizar o Serviço Nacional de Saúde.

Desde 2015, aumentámos em mais de 50% o orçamento do Serviço Nacional de Saúde e reforçámos em 25% o número de profissionais de saúde: hoje temos mais 6.469 médicos, mais 11.838 enfermeiros, mais 2.198 técnicos de diagnóstico.

Mais recursos financeiros e mais recursos humanos, que se traduzem em mais cuidados de saúde prestados.

Comparando com igual período de 2015, este ano temos mais 755.622 consultas hospitalares, mais 2.120.614 de consultas nos cuidados de saúde primários e mais 103.572 cirurgias.

Um trabalho diário dos profissionais do SNS, que prestam um serviço de excelência aos portugueses.

Mas podemos, queremos e temos de fazer mais e melhor.

É por isso que estamos a acompanhar este reforço de recursos financeiros e humanos com uma reforma profunda na organização do SNS.

Depois da criação da Direção Executiva do SNS, avançamos agora com o modelo integrado de gestão dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares, generalizando a todo o País o modelo das Unidades Locais de Saúde.

E aprovámos um novo modelo de organização da prestação de cuidados:

- nos cuidados de saúde primários generalizamos as USF modelo B;
- e nos cuidados hospitalares adotamos o modelo de Centros de Responsabilidade Integrada, que arrancam com as urgências, medicina interna e saúde mental.

Este é um modelo de organização do trabalho dos profissionais de saúde em equipas multidisciplinares, com incentivos próprios à prestação de mais e melhores cuidados aos utentes, num quadro de dedicação plena ao SNS.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Não descobrimos agora que a habitação é uma prioridade, nem *começámos a casa pelo telhado*.

Como em todas as políticas públicas, devemos começar por criar fundações sólidas que definam uma estratégia, identifiquem instrumentos de política, mobilizem recursos.

Foi o que fizemos.

Logo em 2018 definimos a Nova Geração de Políticas de Habitação; em 2019 aprovámos a primeira Lei de Bases da Habitação; em 2020 negociámos a inscrição no PRR de 2.700 milhões

de euros para financiar o investimento em Habitação, que na atual reprogramação foi ainda reforçado em quinhentos milhões de euros.

Temos uma meta concreta e um calendário conhecido: aumentar a oferta pública de habitação em 32.800 fogos, até 31 de dezembro de 2026.

Todo este trabalho está no terreno e tem já resultados:

- 267 Municípios, já contratualizaram com o Estado as suas Estratégias Locais de Habitação;

- Dos 32.800 fogos cerca de 18.000 já estão em fase de obra ou projeto.

Por outro lado, no acesso à habitação para os mais jovens, reforçámos a dotação do Porta 65 o que permitiu, que pela primeira vez, tivessem sido apoiados este ano todos os agregados que se candidataram e eram elegíveis.

O programa Mais Habitação, para além dos incentivos fiscais e de medidas que asseguram maior disponibilidade de fogos para arrendamento, que aguardam confirmação da Assembleia da República, veio alargar o Porta 65 a famílias monoparentais ou com quebras de rendimento e - decisivo - eliminar barreiras burocráticas e simplificar os processos de licenciamento de construção de fogos para habitação.

A atual crise inflacionista e os sucessivos aumentos das taxas de juro, exigiram a adoção de medidas de natureza conjuntural para apoiar as famílias.

Para as famílias que vivem em casas arrendadas, para além do teto ao aumento de renda em 2023, criámos um subsídio de renda que apoia mensalmente 185.000 famílias.

Do mesmo modo, para as famílias que têm crédito à habitação, reintroduzimos uma bonificação de juros, que vamos agora melhorar.

E no Conselho de Ministros desta semana vamos aprovar uma medida que permitirá a redução e estabilização por dois anos do montante da

prestação mensal, assim garantindo previsibilidade na vida das famílias.

No combate à **Pobreza**, desde 2015, **660 mil pessoas libertaram-se da situação de pobreza ou exclusão social.**

Uma ação consistente, seja pela política de aumento de rendimentos, seja pelo reforço da proteção social, seja pela melhor regulação do mercado de trabalho.

Entre 2015 e 2022 a remuneração média dos trabalhadores aumentou 26% e o SMN cresceu mais que 50%.

Simultaneamente, o rendimento líquido das famílias aumentou por via da redução do IRS, da gratuitidade dos manuais escolares e das creches ou da redução dos passes dos transportes públicos.

Alargámos a proteção social, com a criação da **Prestação Social para a Inclusão** e reforçámos de forma consistente as prestações sociais: só este ano o indexante de atualização das prestações sociais aumentou 8,4%.

Temos em execução a Estratégia Nacional de Luta Contra a pobreza, no quadro da qual tomámos medidas da maior importância, das quais quero destacar:

- **A Garantia para a Infância**, que garante que todas as crianças e jovens em situação de pobreza extrema, recebem uma prestação de 100 euros por mês, 1200 euros por ano;
- A convergência do valor de referência do **CSI** com o limiar de pobreza;

No **sistema de justiça**, também reforçámos meios e estamos a investir com resultados.

O orçamento da justiça foi reforçado, com destaque para o investimento tecnológico no sistema judicial e o aumento do orçamento da Polícia Judiciária, que cresceu mais de 63% no combate à corrupção.

E olhemos, sobretudo, para a realidade do dia a dia dos nossos tribunais, no que respeita à vida

do cidadão comum, que não são personagens dos processos mediáticos:

- Desde 2015, reduzimos, em 56%, as pendências nos Tribunais Judiciais de 1^a Instância e, em 26%, as pendências nos Tribunais Administrativos e Fiscais de 1^a Instância.

Por fim, vamos falar daquilo que verdadeiramente interessa aos portugueses em relação à TAP.

Em 2022 a TAP não só não deu prejuízo, como apresentou lucros.

Este ano, já foram transportados 7,6 milhões de passageiros no primeiro semestre, atingindo já o valor de 96% dos passageiros transportados no período pré pandemia.

Como reconhece a Comissão Europeia, estamos a implementar o plano de reestruturação com sucesso e posso confirmar que, na próxima semana, aprovaremos o diploma que estabelece o enquadramento da privatização da TAP, defendendo a companhia e os interesses de Portugal e dos portugueses.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Nas grandes questões nacionais, governos e oposições estão de acordo quase sempre na identificação dos problemas.

O que nos distingue é a ação perante o problema.

O governo foca-se em soluções, o Chega fica parado nas confusões.

E enquanto a oposição pára, o Governo avança e Portugal progride.

Trabalhamos todos os dias, para cumprir o Programa de Governo, com determinação e com sentido de responsabilidade para com o País.

Garantir a estabilidade das políticas pela qual os portugueses optaram de forma clara nas últimas eleições legislativas.

Um mandato para transformar o País, resolvendo os problemas das pessoas, sem perturbações do ruído que muitos querem trazer para a vida política.

Quando aos grandes desafios estratégicos, da demografia, das alterações climáticas, da transição digital, da redução das desigualdades se somam as incertezas de uma guerra na Europa, uma crise inflacionista, um brutal crescimento das taxas de juro, o que faz falta é determinação estratégica, resposta aos problemas e governar com serenidade a pensar nas pessoas.

É o que estamos a fazer; é o que continuaremos a fazer!

Muito obrigado.

